

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
NOTA À 11ª EDIÇÃO	11

Parte I

A TEORIA DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. O MITO DO PROCEDIMENTO UNIFORME	27
CASO	31
2. A FALSA LIGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS À VISÃO IMANEN- TISTA DA AÇÃO	33
CASO	36
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁRIO DO DI- REITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	37
CASO	39
4. O DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO	41
4.1. As diversas necessidades de tutela do direito material	41
4.2. A tutela dos menos favorecidos economicamente	43
4.3. A tutela dos direitos transindividuais	44
4.4. A observância de outros valores	46
4.5. As ações constitucionais	46
CASO	48
5. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TUTELAS JU- RISDICIONAIS DIFERENCIADAS”	49
CASO	51
6. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E A CONSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO	53
6.1. Regras abertas no CPC/1973	53
6.2. A flexibilização procedimental no CPC/2015. Alteração de procedimento por negócios processuais e pela iniciativa do juiz	54
CASO	55

Parte II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1.	O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	59
1.1.	Títulos extrajudiciais e condenação judicial. Primeiras distinções necessárias.....	59
1.2.	Os títulos extrajudiciais.....	63
1.2.1.	Questões prévias	63
1.2.2.	Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais	65
1.2.3.	Os títulos executivos no direito brasileiro	66
1.2.4.	Atributos do título executivo extrajudicial.....	72
1.2.5.	Títulos executivos extrajudiciais e sua conversão para títulos judiciais.....	74
1.3.	Aspectos comuns das várias modalidades de execução de títulos extrajudiciais	75
1.3.1.	Introdução	75
1.3.2.	A instauração do processo de execução	76
1.3.3.	A cumulação de ações executivas	79
1.3.4.	A disponibilidade do processo executivo	80
1.4.	Particularidades do processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial.....	81
1.4.1.	Questões preliminares	81
1.4.2.	A fase inicial do procedimento	82
1.4.3.	A citação do executado.....	85
1.4.4.	As condutas autorizadas ao executado	87
1.4.5.	Outras particularidades da execução pecuniária de títulos extrajudiciais	89
1.5.	Particularidades da execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa fundada em títulos extrajudiciais	90
1.5.1.	Aspectos gerais da execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	91
1.5.2.	Prestações de fazer	93
1.5.3.	Prestações de não fazer	94
1.5.4.	Prestações de entrega de coisa	96
1.6.	A execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial.....	99
1.7.	A execução de prestação alimentícia fundada em título extrajudicial	101
1.8.	Os embargos à execução.....	103
1.8.1.	Introdução	103
1.8.2.	Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução	104
1.8.3.	O efeito suspensivo dos embargos à execução	107
1.8.4.	O procedimento dos embargos à execução	109
1.8.5.	Sentença e apelação nos embargos à execução	110
1.8.6.	A impugnação de questões posteriores ao momento de oposição dos embargos à execução	110
1.8.7.	Os embargos na execução por carta	111
1.9.	A execução fiscal.....	113
1.9.1.	Considerações iniciais.....	113
1.9.2.	O título executivo na execução fiscal.....	114
1.9.3.	O início da execução fiscal.....	115
1.9.4.	Penhora, avaliação e depósito de bens.....	117

1.9.5.	A defesa do executado	117
1.9.6.	A satisfação do exequente	119
1.9.7.	Suspensão e extinção da execução fiscal.....	119
1.9.8.	Considerações finais	120
CASO.....		122
2.	A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	123
2.1.	O direito material à consignação	123
2.2.	As hipóteses legais para a consignação	125
2.3.	A tutela jurisdicional da consignação	126
2.3.1.	Legitimidade para a consignatória	127
2.3.2.	Competência para as ações de consignação em pagamento.....	127
2.3.3.	Procedimento da consignatória.....	128
2.3.3.1.	A fase extrajudicial.....	128
2.3.3.2.	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil.....	130
2.3.3.2.1.	A fase inicial.....	130
2.3.3.2.2.	A consignação das prestações vincendas	131
2.3.3.2.3.	A resposta do réu	132
2.3.3.2.4.	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente	134
2.3.3.2.5.	A dúvida sobre quem possa legitimamente receber a prestação.....	135
2.3.3.2.6.	A sentença da ação de consignação em pa- gamento	135
2.3.3.3.	A consignação em pagamento na Lei de Locações	136
2.3.3.3.1.	A fase inicial.....	136
2.3.3.3.2.	A resposta do réu	137
2.3.3.3.3.	A complementação do depósito inicial	138
2.3.3.3.4.	A sentença da ação consignatória de locações ..	139
CASO.....		141
3.	A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	143
3.1.	O dever de prestar contas e o direito de exigí-las.....	143
3.2.	A ação de prestação de contas.....	143
3.3.	O procedimento para exigir contas.....	145
3.4.	A prestação de contas exigida incidentalmente em outro processo.....	148
CASO.....		150
4.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	151
4.1.	Considerações introdutórias	151
4.2.	As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória	152
4.3.	A fungibilidade da proteção possessória	153
4.4.	Cumulação de pedidos em tutela possessória	153
4.5.	Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa.....	155
4.6.	Reserva de cognição no processo possessório	155

4.7.	Ação de força velha e ação de força nova.....	157
4.8.	Proteção possessória provisória e caução	159
4.9.	As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	160
4.9.1.	Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse.....	160
4.9.2.	O interesse jurídico na proteção possessória	161
4.9.3.	O caso peculiar do contrato de <i>leasing</i>	163
4.9.4.	A <i>causa petendi</i> das ações possessórias	164
4.9.5.	Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse.....	165
4.10.	O interdito proibitório	168
4.10.1.	Procedimento do interdito proibitório.....	169
4.11.	Ações possessórias e conflitos coletivos sobre imóveis	169
4.11.1.	A citação dos réus na demanda possessória coletiva	170
4.11.2.	A liminar nas demandas possessórias coletivas de força velha	171
4.11.3.	A efetivação da decisão nas ações possessórias coletivas	172
CASO.....		173
5.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	175
5.1.	Considerações preliminares	175
5.2.	Objeto da ação de dissolução parcial de sociedade	177
5.3.	Partes da ação de dissolução parcial de sociedade	177
5.4.	Procedimento	179
CASO.....		182
6.	INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA.....	183
6.1.	Considerações introdutórias	183
6.2.	Inventário negativo	184
6.3.	O inventário	184
6.3.1.	Competência para o inventário	186
6.3.2.	Legitimação para o inventário.....	186
6.3.3.	O inventariante e o administrador provisório	187
6.3.4.	Cumulação de ações no inventário	189
6.3.5.	Procedimento do inventário.....	189
6.3.5.1.	As primeiras declarações.....	190
6.3.5.2.	As citações e manifestações sobre as primeiras declarações.....	190
6.3.5.3.	O herdeiro preterido.....	191
6.3.5.4.	As colações	192
6.3.5.5.	Sonegação	193
6.3.5.6.	Repercussões fiscais e avaliação do espólio	193
6.3.5.7.	O pagamento de dívidas	195
6.4.	Partilha.....	196
6.4.1.	Procedimento da partilha judicial.....	197
6.4.2.	Desfazimento da partilha.....	199
6.5.	Arrolamento.....	199
6.5.1.	O arrolamento sumário	200
6.5.2.	O arrolamento comum.....	200
6.6.	Medidas assecuratórias e satisfativas de urgência em inventário e arrolamento	201

6.7.	Sobrepartilha	201
6.8.	Inventário extrajudicial	202
CASO		204
7.	EMBARGOS DE TERCEIROS	205
7.1.	Observações introdutórias	205
7.2.	Natureza dos embargos de terceiro	206
7.3.	Cabimento e conteúdo	206
7.4.	Legitimidade	207
7.5.	Prazo	208
7.6.	Competência	210
7.7.	Procedimento	210
7.8.	Os embargos de terceiro fundados em garantia real	212
CASO		213
8.	OPOSIÇÃO	215
8.1.	Considerações gerais	215
8.2.	Requisitos	216
8.3.	Procedimento	216
CASO		219
9.	AÇÃO MONITÓRIA	221
9.1.	Considerações preliminares	221
9.2.	Cabimento	221
9.3.	Legitimidade para a ação monitória	222
9.4.	O requisito da prova escrita da obrigação	223
9.5.	Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	225
9.6.	Competência para a ação monitória	226
9.7.	Procedimento da ação monitória	226
9.7.1.	O mandado monitório e a citação do réu	226
9.7.2.	As atitudes do réu	227
9.7.3.	O cumprimento espontâneo da prestação	228
9.7.4.	Os embargos à ação monitória	228
9.7.5.	Outras respostas do réu na ação monitória	230
9.7.6.	Antecipação de tutela na ação monitória	231
9.7.7.	Sequência do procedimento no caso de apresentação dos embargos à monitória	232
9.7.8.	Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado	232
9.7.9.	Sequência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória	233
9.7.10.	Fase executiva e nova defesa do requerido	233
9.8.	Ação monitória proposta contra a Fazenda Pública	233
CASO		235
10.	HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	237

10.1.	Questões introdutórias.....	237
10.2.	O penhor legal	237
10.3.	Procedimento da homologação judicial.....	239
10.4.	A homologação extrajudicial de penhor legal	241
CASO.....		243
11.	PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	245
11.1.	Noções preliminares.....	245
11.2.	Condições de admissibilidade	246
11.3.	Procedimento	247
CASO.....		249
12.	USUCAPIÃO	251
12.1.	O direito à usucapião.....	251
12.2.	Requisitos para a usucapião.....	251
12.3.	A ação de usucapião no CPC de 2015	253
12.3.1.	Legitimidade	254
12.3.2.	Competência	254
12.3.3.	Procedimento da usucapião.....	255
12.3.4.	O procedimento da usucapião especial de imóveis rurais	257
12.4.	O requerimento extrajudicial de usucapião.....	258

Parte III

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1.	AÇÃO DE DESPEJO.....	263
1.1.	Observações introdutórias	263
1.2.	A ação de despejo.....	264
1.2.1.	Competência	265
1.2.2.	Legitimidade	265
1.2.3.	Procedimento	266
1.2.3.1.	A liminar em ação de despejo.....	267
1.2.3.2.	A resposta do réu em ação de despejo	268
1.2.3.3.	O despejo por falta de pagamento de aluguéis	269
1.2.4.	Sentença, efetivação e recursos	271
CASO.....		273
2.	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA.....	275
2.1.	Introdução.....	275
2.2.	Terras devolutas.....	275
2.3.	Discriminação das terras devolutas	277
2.3.1.	A discriminação na via administrativa	278
2.3.2.	A ação discriminatória	279
CASO.....		284

Parte IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	287
1.1.	Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis	287
1.2.	Princípios fundamentais	288
1.2.1.	Oralidade.....	288
1.2.2.	Simplicidade.....	290
1.2.3.	Informalidade	290
1.2.4.	Economia processual	291
1.2.5.	Celeridade	291
	CASO.....	293
2.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS	295
2.1.	Introdução.....	295
2.2.	Competência	295
2.3.	Da conciliação e da arbitragem	298
2.4.	Capacidade para atuar no Juizado Estadual.....	299
2.4.1.	A capacidade genérica.....	299
2.4.2.	A capacidade para ser autor.....	300
2.4.3.	Capacidade postulatória.....	301
2.5.	Procedimento diferenciado	301
2.6.	Recursos e meios de impugnação	305
2.7.	Os Juizados Especiais Estaduais da Fazenda Pública	307
	CASO.....	309
3.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	311
3.1.	Generalidades e noções fundamentais.....	311
3.2.	Capacidade processual para os Juizados Federais.....	312
3.3.	Competência	313
3.4.	O procedimento	316
3.5.	Arbitragem e Juizado Especial Federal.....	316
3.6.	Os recursos nos Juizados Especiais Federais.....	317
3.7.	A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais	320
	CASO.....	322

Parte V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	325
1.1.	Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras	325
1.2.	O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	326
1.3.	Perfil constitucional do mandado de segurança	327
1.4.	A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança	328

1.4.1.	Mandado de segurança preventivo e repressivo	329
1.4.2.	Prazo para a impetração	330
1.4.3.	Legitimação	331
1.4.4.	Competência	335
1.4.5.	Interesse processual	336
1.4.6.	Mandado de segurança contra ato judicial	338
1.4.7.	Procedimento	340
1.4.7.1.	A medida liminar	341
1.4.7.2.	As informações da autoridade coatora	343
1.4.7.3.	A sequência do procedimento	345
1.4.8.	Sentença	346
1.4.9.	Recursos	349
1.4.10.	Coisa julgada	352
1.5.	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional	353
1.6.	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	354
1.6.1.	A legitimação para o mandado de segurança coletivo	354
1.6.2.	Objeto do mandado de segurança coletivo	355
1.6.3.	Procedimento	356
1.6.4.	Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	357
CASO		359
2.	<i>HABEAS DATA</i>	361
2.1.	Questões preliminares	361
2.2.	Pedido administrativo de informações e retificações	362
2.3.	Competência para o <i>habeas data</i>	363
2.4.	Procedimento	364
2.5.	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	367
CASO		368
3.	AÇÃO POPULAR	369
3.1.	As ações coletivas como garantia constitucional	369
3.2.	Conformação e limitações do direito à tutela coletiva pelo direito infraconstitucional	371
3.3.	O desenho constitucional da ação popular	372
3.3.1.	Extensão da proteção no nível constitucional	372
3.3.2.	Legitimidade	374
3.4.	O tratamento infraconstitucional da ação popular	376
3.4.1.	Competência	378
3.4.2.	Legitimidade passiva e assistência	379
3.4.3.	Procedimento	379
3.4.4.	A sentença	381
3.4.5.	Os recursos	382
3.4.6.	A coisa julgada	383
3.4.7.	O cumprimento da sentença em ação popular	384
CASO		385

4.	MANDADO DE INJUNÇÃO	387
4.1.	Primeiras considerações	387
4.2.	História do mandado de injunção no STF	388
4.3.	Escopo do mandado de injunção	395
4.4.	Natureza mandamental?	397
4.5.	Legitimidade	400
4.6.	Medida liminar	402
4.7.	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	404
4.7.1.	Dever de legislar	404
4.7.2.	Mora do legislador	405
4.7.3.	Norma insuficiente e omissão parcial	407
4.7.4.	Norma não autoaplicável	409
4.7.5.	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	409
4.8.	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	411
4.9.	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	412
4.10.	Retroatividade apenas para beneficiar	412
4.11.	Eficácia “natural” da coisa julgada	412
4.12.	Eficácia dos precedentes	413
4.13.	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	414
4.14.	Procedimento do mandado de injunção	417
	CASO	418

Parte VI

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1.	FILOSOFIA DAS AÇÕES COLETIVAS	421
1.1.	Considerações gerais	421
1.2.	Tutela coletiva e efeito dissuasório	422
	CASO	425
2.	SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	427
	CASO	433
3.	LEGITIMIDADE PARA A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR MEIO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA ...	435
3.1.	O sistema positivo brasileiro	435
3.2.	O reflexo do sistema de legitimação na realidade	439
	CASO	441
4.	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS ...	443
4.1.	Considerações gerais	443

4.2.	Tutelas e sentença na ação para a proteção de direitos difusos e coletivos	445
4.3.	Efetivação das sentenças que tutelam direitos difusos e coletivos.....	447
CASO.....		449
5.	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	451
5.1.	Considerações gerais.....	451
5.2.	Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	458
5.3.	Sentença de condenação genérica	459
5.4.	Liquidação.....	461
5.5.	Execução	463
5.6.	Ação coletiva inibitória contra o uso de cláusulas gerais abusivas	465
CASO.....		468
6.	COISA JULGADA, LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO NAS AÇÕES COLETIVAS.....	469
6.1.	A coisa julgada nas ações coletivas.....	469
6.2.	O antigo art. 16 da LACP e a coisa julgada sobre ações que discutem direitos individuais homogêneos	473
6.3.	A litispendência em relação aos processos coletivos.....	475
6.4.	Conexão nas ações coletivas	477
CASO.....		479
7.	PROCESSOS COLETIVOS ESTRUTURAIS	481
7.1.	Primeiras observações	481
7.2.	Noções gerais de processo estrutural	482
7.3.	Requisitos e limites procedimentais da atuação estrutural	485
7.4.	As formas de tutela admissíveis: sobre a tutela de reforma estrutural e a tutela estruturante em favor dos direitos fundamentais sociais	492
7.4.1.	Tutela de reforma estrutural	492
7.4.2.	Pressupostos da tutela de reforma estrutural.....	494
7.4.3.	A “realidade inconstitucional”: limite democrático da tutela de reforma estrutural	495
7.4.4.	Tutela de reforma estrutural e direitos fundamentais de liberdade	498
7.4.5.	Tutela estruturante e direitos fundamentais sociais	499
7.5.	Processos estruturais no Brasil	501
7.6.	O futuro do processo estrutural.....	503
CASO.....		506

Parte VII

O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1.	A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	509
1.1.	A filosofia da arbitragem.....	509
1.2.	O caráter não jurisdicional da arbitragem.....	510

2.	SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM.....	513
2.1.	As partes e o objeto da arbitragem.....	513
2.2.	O árbitro.....	515
3.	A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	517
4.	O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM.....	521
4.1.	Questões gerais.....	521
4.2.	Medidas de urgência em arbitragem	524
4.3.	A carta arbitral.....	528
5.	A SENTENÇA ARBITRAL.....	531
6.	NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	535
7.	A EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	537
8.	SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	539
	CASO.....	541
	SOLUÇÕES DOS CASOS	
	CASOS DA PARTE I.....	543
	Capítulo 1	543
	Capítulo 2	543
	Capítulo 3	543
	Capítulo 4	544
	Capítulo 5	544
	Capítulo 6	544
	CASOS DA PARTE II	545
	Capítulo 1	545
	Capítulo 2	545
	Capítulo 3	545
	Capítulo 4	545
	Capítulo 5	546
	Capítulo 6	546
	Capítulo 7	547
	Capítulo 8	548
	Capítulo 9	548
	Capítulo 10	548
	Capítulo 11	549
	CASOS DA PARTE III.....	550
	Capítulo 1	550
	Capítulo 2	550
	CASOS DA PARTE IV	551
	Capítulo 1	551
	Capítulo 2	552
	Capítulo 3	552

CASOS DA PARTE V	552
Capítulo 1	552
Capítulo 2	553
Capítulo 3	553
Capítulo 4	554
CASOS DA PARTE VI	554
Capítulo 1	554
Capítulo 2	555
Capítulo 3	555
Capítulo 4	555
Capítulo 5	555
Capítulo 6	556
Capítulo 7	556
CASO DA PARTE VII	556
Capítulo 8	556
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	558